

CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006295

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Mensagem de nº 021, de 19 de outubro de 2017

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de origem do Poder Executivo Municipal, cujo escopo **“concede isenção de créditos tributários à AMBEV S.A., referente ao Imposto Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de 01/01/2010 a 31/12/2019, com fundamento na Lei Municipal nº 2.830 de 30 de dezembro de 2005, e dá outras providências”**.

Vem a proposição instruída com mensagem justificativa, projeto de lei, estimativa de impacto financeiro e cópia dos protocolos administrativos nº 1420/2016, 4608/2016, 005840/2010015446/2010, 016950/2011, 019315/2010 e 1419/2016.

PARECER

O projeto em análise está inserido nas hipóteses de iniciativa exclusiva do prefeito, como se depreende do disposto pela Lei Orgânica Municipal:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

(...)

*IV. proposições que geram despesas ou que **comprometam receitas do Município.***

A autorização legislativa, por sua vez, é requisito de validade do ato concessivo, e se encontra regulamentada da seguinte forma pelo diploma legal anteriormente referido:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

(...)

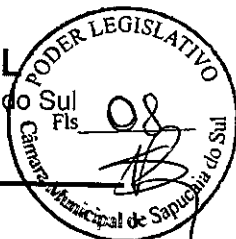
IV. concessões de isenções de impostos municipais;

(...)



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



XII. remissão de dívidas de terceiros ao Município e concessão de isenções e anistias fiscais, mediante Lei Municipal específica;

Relativamente ao aspecto formal da tramitação, cumpre anotar que a eventual aprovação do projeto apenas poderá se dar com o voto favorável de dois terços dos membros da edilidade:

Art. 52. As discussões e votações das matérias constantes da ordem do dia serão efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

(...)

§ 2º Dependerá do voto favorável de **dois terços dos membros da Câmara Municipal** a aprovação:

I. das leis concernentes:

(...)

d) à concessão de isenção de impostos na forma da lei.

No âmbito interno, o regimento da Câmara de Vereadores determina que a matéria seja submetida ao crivo da Comissão de Finanças e Orçamento:

Art. 77. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

(...)

IV - proposições referentes a matérias tributárias; abertura de créditos; empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

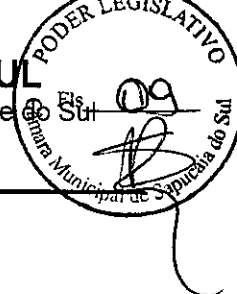
Dito isso, adentrando ao mérito do projeto de lei, primeiramente cumpre transcrever a seguinte disposição da LOM:

Art. 127. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativo a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica que regule as matérias acima enumeradas, observadas as regras estatuídas na Lei de Responsabilidade Fiscal.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, nos diz o seguinte:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita *deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Como se observa dos documentos carreados aos autos do processo legislativo, a proposição vem acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro (fl. 05), porém não restaram verificadas as condições previstas nos incisos I ou II.

Consigna-se ao final que, o entendimento exarado no sentido da possibilidade de convalidação dos atos administrativos referidos no presente projeto de lei vai alicerçada exclusivamente no parecer jurídico nº 461/2017, da lavra do excelentíssimo sr. Procurador Geral do Município, Dr. Antenor Yuzo Sato, e também na manifestação da Central de Controle Interno do Município que lhe antecede no processo administrativo nº 1419/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as anotações que entendemos pertinentes e reiterando as ressalvas lançadas acima, encaminhamos o processo à sua regular tramitação regimental.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



À consideração superior, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para realização das diligências aplicáveis à espécie.

Sapucaia do Sul, 08 de Novembro de 2017.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257